



AS CITAÇÕES BÍBLICAS NA CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA DEI VERBUM DO CONCÍLIO VATICANO II

THE BIBLICAL QUOTATIONS IN THE DOGMATIC CONSTITUTION DEI VERBUM OF THE SECOND VATICAN COUNCIL

LAS CITAS BÍBLICAS EN LA CONSTITUCIÓN DOGMÁTICA DEI VERBUM DEL CONCILIO VATICANO II

Rita Maria Gomes *

Universidade Católica de Pernambuco
Teologia – Graduação
Recife, PE – Brasil
E-mail: ritamarianj@gmail.com
Orcid: [0000-0001-9464-8091](https://orcid.org/0000-0001-9464-8091)

Cláudio Vianney Malzoni *

Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Teologia.
Recife, PE, Brasil.
E-mail: cvmalzoni@hotmail.com
Orcid: [0000-0001-7873-0431](https://orcid.org/0000-0001-7873-0431)

Guilherme Augusto de Araújo Pereira *

Universidade Católica de Pernambuco
Teologia – Graduação
Recife, PE – Brasil
E-mail: guilhermeaugustodea.p@gmail.com
Orcid: [0009-0002-7032-4783](https://orcid.org/0009-0002-7032-4783)

RESUMO

O presente texto analisa a Constituição dogmática *Dei Verbum*, do Concílio Ecumênico Vaticano II, pelo viés das citações bíblicas incorporadas ao documento. Elas são pouco mais de uma dezena de citações, sem contar as alusões, que são numerosas. Todas as citações serão apresentadas, mas apenas duas serão analisadas, primeiramente em seus contextos bíblicos e, depois, nos contextos em que foram inseridas na *Dei Verbum*. São elas: Hb 1,1-2 e 2Tm 3,16-17. A metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica. O resultado que se pretende mostrar é como as duas citações bíblicas ganharam nova ressonância nos contextos em que foram inseridas.

*Doutorado, mestrado e bacharelado em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Graduada em Filosofia pelo Instituto Teológico e Pastoral do Ceará, atual Faculdade Católica de Fortaleza.

*Doutor em Ciências Bíblicas pela Escola Bíblica e Arqueológica Francesa de Jerusalém. Mestrado em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma. Bacharelado em Teologia e em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia. Licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Sorocaba.

*Bacharelado em Filosofia e graduando em Teologia pela Universidade Católica de Pernambuco.

Palavras-chave: Dei Verbum; Carta aos Hebreus; Segunda Carta a Timóteo.

ABSTRACT

*This text analyzes the Dogmatic Constitution *Dei Verbum* of the Second Vatican Council, from the perspective of the biblical quotations incorporated into the document. They are just over a dozen, not counting the allusions, which are numerous. All quotations will be presented, but only two will be analyzed, first in their biblical contexts and then in the contexts in which they were inserted in *Dei Verbum*. They are: *Heb 1:1-2* and *2 Tim 3:16-17*. The methodology used is that of bibliographic research. The result that is intended to be shown is how the two biblical quotations gained new resonance in the contexts in which they were inserted.*

Keywords: *Dei Verbum; Letter to the Hebrews; Second Letter to Timothy.*

RESUMEN

*Este texto analiza la Constitución dogmática *Dei Verbum* del Concilio Vaticano II, desde la perspectiva de las citas bíblicas incorporadas al documento. Son poco más de una docena, sin contar las alusiones, que son numerosas. Se presentarán todas las citas, pero solo se analizarán dos, primero en sus contextos bíblicos y luego en los contextos en los que se insertaron en *Dei Verbum*. Ellas son: *Heb 1,1-2* y *2Tim 3,16-17*. La metodología utilizada es la de la investigación bibliográfica. El resultado que se pretende mostrar es cómo las dos citas bíblicas adquirieron una nueva resonancia en los contextos en los que se insertaron.*

Palabras Clave: *Dei Verbum; Carta a los Hebreos; Segunda carta a Timoteo.*

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina é considerada por muitos como o documento mais importante do Concílio Vaticano II. Esse Concílio foi convocado pelo papa João XXIII no dia 25 de dezembro de 1961. Ele foi inaugurado pelo mesmo Papa em 11 de outubro de 1962, teve quatro sessões, e terminou em 8 de dezembro de 1965, sendo encerrado pelo papa Paulo VI. Sua finalidade era promover a atualização da Igreja.

Os padres conciliares produziram quatro constituições, nove decretos e três declarações. Dentre esses documentos, está a *Dei Verbum*, que começou a ser debatido na primeira sessão do Concílio, mas que somente foi aprovado na última sessão.

Quanto ao ensinamento sobre a revelação divina, para bem compreender a *Dei Verbum* é preciso situá-la na continuidade da *Constituição dogmática Dei Filius*, de 1870, do Concílio Vaticano I. Quanto aos ensinamentos sobre a Bíblia, é preciso situá-la na continuidade da *Carta encíclica Divino Afflante Spiritu*, de 1943, de Pio XII. Por sua vez, a *Exortação apostólica pós-sinodal Verbum Domini, sobre a palavra de Deus na vida e na missão da Igreja*, de 2010, do papa Bento XVI, vem na continuidade da *Dei Verbum*, enquanto sua recepção.

A *Dei Verbum* pode ser estudada a partir de diversas perspectivas. Aqui, a perspectiva

proposta é a das citações bíblicas integradas ao texto da Constituição. De fato, a *Dei Verbum* está repleta de referências bíblicas, que podem ser classificadas em dois grupos: as citações textuais, quando o texto bíblico é integrado ao texto do documento, e as alusões, quando o texto bíblico é apenas indicado, mas seu texto não é integrado ao documento. Aqui, serão levadas em consideração somente as citações textuais que, por si só, já são numerosas.

No campo dos estudos bíblicos, esse tipo de abordagem é chamado de crítica da recepção (em alemão: *Rezeptionsgeschichte*). É um campo de estudos mais recente, que não surgiu com as demais abordagens críticas, próprias do método histórico-crítico, como a crítica da redação, a crítica literária, a crítica textual e a crítica das formas, que ainda tem uma produção modesta e um futuro incerto, mas que pode produzir excelentes resultados.

O horizonte dos estudos da crítica da recepção é extremamente vasto, podendo incluir a transmissão dos textos bíblicos, os comentários ao texto e suas recriações artísticas. Ele também abrange as citações do texto bíblico em outros contextos. Esse método pode ser caracterizado pela técnica bem conhecida do copiar-colar. Um texto bíblico é selecionado, copiado, separado de seu contexto original e colado em outro contexto. Se, por um lado, o texto foi mutilado; por outro, pode ecoar novamente.

Aqui, o que se pretende fazer é mostrar como certos textos bíblicos ganharam novo contexto ao serem citados em um documento do Magistério da Igreja, o que perderam de seu contexto original e o que ganharam no novo contexto no qual foram inseridos. Como a perda é apenas relativa, já que a citação não os priva de seu contexto original, é o ganho que será colocado em destaque.

Para atingir esse objetivo, serão dados três passos. O primeiro será uma breve apresentação da *Constituição dogmática Dei Verbum*, situando-a no contexto do concílio Vaticano II, e das citações bíblicas nela contidas. Duas dessas citações serão colocadas em destaque: Hb 1,1-2 e 2Tm 3,16-17, que estão, respectivamente nos capítulos I e III da *Dei Verbum*. O segundo e o terceiro passos deste trabalho serão a apresentação dessas citações em seus contextos originais e no contexto da *Dei Verbum*.

2 A *DEI VERBUM* E SUAS CITAÇÕES BÍBLICAS

O Papa João XXIII, em seu discurso na primeira sessão do Concílio, no dia 11 de outubro de 1962, esclarece que a finalidade do Vaticano II não está em discutir artigos dogmáticos, mas sim em repensar as formulações que os reveste: “e é disto que se deve – com paciência se necessário – ter grande conta, medindo tudo nas formas e proporções do magistério prevalentemente pastoral” (Kloppenburg, 2015, p. 8). Na segunda sessão, em 29

de setembro de 1963, o então Papa Paulo VI, em seu discurso, ratifica a finalidade pastoral mencionada por seu predecessor ao dizer que “a doutrina católica não deve ser somente verdade a ser explorada pela razão sob a luz da fé, mas sim palavra geradora de vida e de ação” (Kloppenburg, 2015, p. 9). Vale ressaltar que, embora tenha havido esse enfoque pastoral no Concílio, os documentos conciliares também podem ser analisados a partir da perspectiva doutrinária e ecumênica. Dos dezesseis documentos elaborados, dois têm teor dogmático: a *Lumen Gentium* e a *Dei Verbum*.

A *Constituição dogmática Dei Verbum* percorreu todo o Concílio. Na primeira sessão, em 1962, foi apresentado um texto preliminar preparado pela Comissão Teológica pré-conciliar, que foi rejeitado. Um novo texto foi preparado por uma comissão mista, constituída por ordem de João XXIII, com membros da Comissão Teológica e do Secretariado para a União dos Cristãos. Esse texto foi enviado aos padres conciliares, mas nem chegou a ser discutido na segunda sessão de 1963, sendo previamente rejeitado. No ano seguinte, um novo texto foi preparado pela Comissão Teológica e enviado aos padres conciliares. Esse texto foi discutido na terceira sessão, em 1964. Na quarta sessão, o texto foi votado, reemendado e, finalmente, aprovado, tendo sido promulgado em 18 de novembro de 1965, pelo papa Paulo VI (Kloppenburg, 2015, p. 120; Lima, 2015, p. 249; Lopes, 2012, p. 51-57.85).

O tema central da *Dei Verbum* é a revelação e, consequentemente, seu anúncio em todo o mundo. O modo como o tema é tratado, imprimiu-lhe “uma concepção personalista, histórica e cristocêntrica” (Lopes, 2012, p. 58). Além de ocupar um lugar fundamental no propósito do Concílio, a *Dei Verbum* “abre uma nova etapa para a teologia e para os estudos bíblicos” (Lima, 2015, p. 249)¹.

A *Dei Verbum* tem seis capítulos, introduzidos por um proêmio. Em todo o texto há referências às Escrituras, a escritos patrísticos, a documentos conciliares e papais. A apresentação que vem a seguir limita-se a colocar em destaque apenas as citações na *Dei Verbum*, com ênfase nas citações dos escritos bíblicos, isto é, aquelas nas quais o texto bíblico foi incorporado ao Documento.

No proêmio, vêm expressos o tema do Documento, a palavra de Deus, e sua finalidade: “propor a genuína doutrina sobre a revelação divina e a sua transmissão” (DV, 1)². Nele, é citado 1Jo 1,2-3.

¹ De acordo com Lopes (2012, p. 58), a *Dei Verbum* se “tornou o documento fonte do Concílio, bem como a chave de interpretação para os demais textos”.

² Todas as citações da *Dei Verbum* foram tomadas do site do Vaticano, onde se encontra aquela que pode ser considerada sua versão oficial em língua portuguesa.

O capítulo 1 tem como título *A revelação em si mesma (De ipsa revelatione)*. Nele, é exposta a revelação, sendo afirmado que “a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação” (DV, 2). Também a fé, enquanto resposta humana ao Deus que se revela, é tema desse primeiro capítulo. Três textos bíblicos são aí citados: Hb 1,1-2; Jo 3,34; Rm 16,26. Nenhuma dessas referências é dada por completo e a citação de Rm 16,26 abrange poucas palavras (“a obediência da fé”). Além dos textos bíblicos, há uma citação da “Epístola a Diogneto” (VII, 4) e quatro citações da *Constituição dogmática Dei Filius*, do Concílio Vaticano I (Denzinger, 1789; 1791; 1786; 1785)³.

O capítulo 2 tem como título *A transmissão da revelação divina (De divinae revelationis transmissione)*. Nesse capítulo, é exposta a relação entre a Sagrada Escritura e a Sagrada Tradição, ambas oriundas da pregação dos apóstolos, que, por sua vez, remete ao evangelho, prometido pelos profetas, completado e proclamado pelo Cristo Senhor. Também é exposto o papel do Magistério na transmissão e na interpretação da Tradição e da Escritura. Há, nesse capítulo, diversas referências a textos bíblicos, mas nenhuma citação. A única citação aí presente é tomada de Santo Irineu de Lião (*Ad. Haer.*, III,3,1).

O título do capítulo 3 é *A inspiração divina da Sagrada Escritura e a sua interpretação (De sacrae Scripturae divina inspiratione et de ejus interpretatione)*. Nele, são abordados os temas da inspiração e da verdade da Sagrada Escritura, e de sua interpretação, na qual se sobressai, a questão dos gêneros literários, uma vez que os autores inspirados ou hagiógrafos escreveram segundo os modos de seu tempo, bem como a atenção a ser dada ao contexto e à unidade de toda a Escritura. Nesse capítulo é citado 2Tm 3,16-17 e São João Crisóstomo (*In Gen.* 3,8).

O Antigo Testamento (De Vetere Testamento) é o título do capítulo 4. Nele, é afirmada a validade perene dos livros das antigas Escrituras de Israel. “Tais livros, apesar de conterem também coisas imperfeitas e transitórias, revelam, contudo, a verdadeira pedagogia divina” (DV, 15), afirmação que remete a Pio XI (*Mit brennender Sorge*). Também é afirmada, nesse capítulo, a unidade entre os dois testamentos. Há, aí, uma citação bíblica: Rm 15,4.

O Novo Testamento (De Novo Testamento) é o título do capítulo 5. Nele, é afirmada a grandeza dos escritos do Novo Testamento, nos quais a palavra de Deus é apresentada em todo seu vigor. Aí, também se ensina a primazia dos evangelhos sobre os demais escritos da

³ A referência Denzinger 1791 retoma Denzinger 180, do Concílio de Orange II.

Escríptura e sua origem apostólica, bem como que os quatro evangelhos “transmitem fielmente as coisas que Jesus, Filho de Deus, durante a sua vida terrena, realmente operou e ensinou para salvação eterna dos homens” (DV, 19). Esse capítulo termina com a afirmação que o cânon do Novo Testamento inclui outros escritos apostólicos, dentre os quais estão as epístolas de São Paulo. No capítulo, está assinalada a citação de Lc 1,2-4, embora abranja, enquanto citação, apenas Lc 1,2b-d. Por outro lado, no início do capítulo, é possível identificar a sequência “o Verbo fez-se carne e habitou entre nós cheio de graça e verdade”, como uma citação de Jo 1,14a-b.e, embora esteja assinalada apenas uma referência: “(cfr. Jo. 1,14)” (DV, 17) ⁴.

O capítulo 6, cujo título é *A Sagrada Escritura na vida da Igreja (De sacra Scriptura in vita Ecclesiae)*, é o mais longo da *Dei Verbum*, trazendo várias orientações práticas para que a Palavra de Deus seja “o apoio vigoroso da Igreja, solidez da fé para os filhos da Igreja, alimento da alma, fonte pura e perene de vida espiritual (DV, 21). Neste capítulo, encontram-se as seguintes citações bíblicas: Hb 4,12; At 20,32 e Fl 3,8. Também há quatro citações patrísticas, tomadas de Santo Agostinho (*Sermo 179,1*), de São Jerônimo (*Comm. in Is., prol.*), de Santo Ambrósio (*De officiis ministrorum 1,20,88*) e de Santo Irineu (*Ad. Haer. IV,32,1*). “Porquanto ignorar as Escrituras é ignorar Cristo”, é a citação de São Jerônimo (DV, 25).

A *Dei Verbum* termina com um epílogo, no qual são citados 2Ts 3,1 e Is 40,8. É com a breve citação de Isaías que o Documento é concluído:

Assim como a vida da Igreja cresce com a assídua frequência do mistério eucarístico, assim também é lícito esperar um novo impulso de vida espiritual, se fizermos crescer a veneração pela palavra de Deus, que “permanece para sempre” (Is 40,8; cf. 1Pd. 1,23-25) (DV, 26).

Essas são citações integradas ao texto da *Dei Verbum*. O próximo passo será analisar mais detalhadamente duas dessas citações: Hb 1,1-2 e 2Tm 3,16-17, em seus contextos originários e na *Dei Verbum*.

3 HB 1,1-2 EM SEU CONTEXTO NA CARTA AOS HEBREUS E NA DEI VERBUM

Como o título deste ponto informa, aqui são abordados dois contextos nos quais a mesma afirmação se encontra. O contexto original de Hebreus e seu uso na *Constituição Dogmática Dei Verbum* como fundamento da reta compreensão da revelação na Igreja.

⁴ É possível que a citação não tenha sido assinalada devido à omissão de Jo 1,14c-d.

3.1 Hb 1,1-2 em seu contexto na Carta aos Hebreus

Para que se comprehenda bem Hb 1,1-2 em seu contexto original necessita-se antes saber algo sobre o próprio escrito, como o gênero literário ao qual pertence e a estrutura básica do texto para aí situar o trecho em estudo. Assim, importa relembrar que o texto de Hebreus foi amplamente conhecido e recebido como uma carta de Paulo (Vouga, 2015, p. 420), no entanto, seu gênero literário é o da homilia. Considerando este fato, entende-se facilmente que os versículos em questão iniciam o texto inteiro de Hebreus e constituem o princípio do trecho que vai do v. 1 ao 4 na sua condição de proêmio.

Quanto à estrutura de Hebreus, importa saber que o autor sagrado usa alguns artifícios literários que permitem uma organização em função dos temas refletidos. O principal artifício literário nesse caso é o dos anúncios. O autor anuncia ao leitor cinco temas [1,4; 2,17-18; 5,10; 6,12; 7,28] (Vouga, 2015, p. 420-421). Ao proêmio corresponde a benção final em 13,20-21. Enfim, é no proêmio que se encontra o texto retomado posteriormente pela *Dei Verbum*.

No proêmio, o autor se dirige aos ouvintes/destinatários de modo solene. Desse modo, esses versículos funcionam como uma espécie de abertura à toda a reflexão que se fará sobre a função sacerdotal de Cristo. Como saber que a orientação do texto tem a ver com a função sacerdotal se não se falou nada sobre o sacerdócio? A resposta a essa e outras questões derivadas vem do próprio proêmio. Veja-se, abaixo, a disposição do texto e as considerações que seguem:

^{1a} Muitas vezes e de muitos modos OUTRORA

^{1b} Deus falou aos pais por meio dos profetas,

^{2a} NESTES DIAS QUE SÃO ÚLTIMOS,

^{2b} falou a nós por meio do filho,

^{2c} a quem fez herdeiro de todas as coisas.

^{3a} que sendo o esplendor da glória e o caráter de seu ser,

^{3b} sustentando todas as coisas pelo poder de sua palavra,

^{3c} depois de ter feito a purificação dos nossos pecados,

^{3d} assentou-se à direita da Majestade, nas alturas,

⁴ tendo-se tornado tão superior aos anjos

quanto herdou mais excelente nome do que eles.⁵

⁵ Este e os demais textos do Novo Testamento foram traduzidos do texto grego da quarta edição de *O Novo Testamento grego* (2009).

Primeiramente chama-se a atenção para esse paralelismo na apresentação implícita do Cristo mediador. A afirmação da mediação última está obscurecida ao leitor desavisado pela presença do verbo “falar” que aponta para a ação divina de se comunicar e que realmente está presente nesses versículos. Porém, o falar de Deus está em função do mediador de sua revelação que é o Filho.

Na disposição acima, pode-se notar o paralelismo em três aspectos: a indicação temporal, presente na contraposição entre “muitas vezes e de muitos modos” e “nestes dias que são últimos”; os destinatários antigos “aos pais” e os atuais “a nós”; e o mediador da palavra falada de Deus “os profetas” e “o Filho”. Isso indica uma passagem significativa de uma fala divina que chega aos humanos várias vezes e de formas diferentes a uma última fala unificada. Uma passagem de uma fala humana para uma divino-humana no Filho, entenda-se o Filho feito homem.

Israel conheceu ao menos dois tipos destacados de mediadores: os sacerdotes e os profetas. Os sacerdotes se destacaram em razão da redação sacerdotal do Pentateuco, que liga a aliança do Sinai ao sacerdócio aaraonita (Carreira, 1980, p. 235) e que tem ampla divulgação no livro do Levítico. Os profetas, por sua vez, eram os mediadores por excelência da fala de Deus aos antigos (Sicre, 2008, p. 74), expressos no texto com o plural do termo *patér* ou seja, aos pais. Os pais na Escritura é um modo de se referir aos antigos, particularmente aos patriarcas Abraão, Isaac e Jacó. Em Hebreus os “pais” correspondem aos antepassados do povo e não necessariamente aos patriarcas.

Em 1,2b o texto informa que o mediador é o herdeiro de todas as coisas. Como Filho, ele tem direito por herança a tudo que pertence a Deus, portanto, a toda a criação. A partir daqui, a questão do mediador tomará o restante do proêmio que vai se ocupar em delinear o mediador último. Em razão disso, Hb 1,3 se organiza em razão do “ser” do mediador e de sua “ação”.

Assim, no v. 3a o texto diz algo muito importante sobre o mediador: ele é *apáugasma* que geralmente é traduzido por “esplendor” da glória de Deus (Hofius, 1996, col. 351-352). O termo grego refere-se a algo como o relâmpago que ilumina rapidamente e apaga. Ele é esse *flash* que revela esplendorosamente e ao mesmo tempo fugazmente a glória. A glória é a *shekinah* hebraica que é no fundo uma expressão da presença de Deus (Perondi, 2006, p.7). Mas, o texto de Hebreus vai mais longe e afirma que ele é o *karakté* [caráter] de seu ser (Balz, 1998, col. 2048). Isso significa que ele é a “imagem exata” de Deus que o enviou.

Do 3b ao 3d o texto apresenta ações do mediador. Em 3b se afirma o poder de sua palavra para sustentar todas as coisas. Sua palavra é tão poderosa para suportar quanto era

a palavra do Pai ao criar todas as coisas. Se se considera a reflexão paulina da atuação do Filho na obra criadora, aqui afirma-se a continuidade do poder da palavra para a manutenção de tudo. Definitivamente, ele não é um mediador como tantos outros profetas ainda que os mais importantes. Ele é muito superior. Os hemistíquios 3c e 3d precisam ser considerados juntos porque a segunda ação está condicionada à primeira. Ele assentou-se à direita da Majestade nas alturas, porém só o fez depois de ter feito a purificação de nossos pecados. Todo o resto do texto de Hebreus é para demonstrar como ele se tornou esse mediador perfeito e como ele fez essa purificação dos pecados da humanidade.

O último versículo do proêmio está em função da primeira parte da argumentação do pregador no qual vai apresentar a superioridade do Filho como mediador em comparação com os anjos. Não será considerado aqui em razão dos objetivos deste escrito.

3.2 O uso de Hb 1,1-2 na Constituição Dogmática *Dei Verbum*

Na *Dei Verbum* Hb 1,1-2 também se encontra bem no início. Embora não esteja localizada no proêmio, está na primeira parte que segue o proêmio e intitula-se “A revelação em si mesma” (DV, 1). O texto bíblico em estudo abre o n. 4 que tem como subtítulo “Consumação e plenitude da revelação em Cristo”. Esse número contém dois parágrafos de tamanhos diferentes. Em ambos, a presença de referências bíblicas é marcante. Contudo, isso é o que temos no texto que foi aprovado ao final do Concílio, esse texto final conheceu uma história que se revela importante para a compreensão do uso de Hebreus nesta Constituição dogmática.

É de conhecimento público que a *Dei Verbum* foi o último texto a ser aprovado no Concílio, depois de várias discussões e redações, sobretudo, o proêmio e o primeiro capítulo sobre a Revelação. Esse documento teve cinco esquemas até ser aprovado. O foco de discussão e tensão era a noção de Revelação. A redação do primeiro esquema praticamente não tem relação com a dos esquemas posteriores (Sesboüé, 2006, p. 420). No entanto, ele é essencial para que se compreenda a grande mudança que ocorre na compreensão da Revelação, na qual o texto de Hebreus tem um papel esclarecedor.

A primeira redação, proposta pela Comissão Teológica preparatória traz como título *As duas fontes da Revelação* e o seguinte texto:

(A Revelação da Antiga e da Nova Aliança). A revelação que Deus, na sua sabedoria e bondade dignou-se comunicar aos homens chegou até nós através da economia da Antiga e da Nova Aliança. Na Antiga Deus muitas vezes e de muitos modos falou aos pais pelos

profetas^{Hb 1,1}; mas na Nova *êle derramou os tesouros da sua sabedoria e ciência* [grifo nosso] sobre todo o gênero humano por meio do seu próprio Filho e dos seus apóstolos (Lyonnet, 1971, p. 41-42).

Já o esquema de número cinco, totalmente diferente do primeiro, mas em continuidade com os esquemas dois, três e quatro, traz como título *A Revelação divina* e o seguinte texto:

O sagrado Concilio, ouvindo religiosamente a Palavra de Deus proclamando-a com confiança, faz suas as palavras de S. João: “anunciamos-vos a vida eterna, que estava junto do Pai e nos apareceu: anunciamos-vos o que vimos e ouvimos, para que também vós vivais em comunhão conosco, e a nossa comunhão seja com o Pai e com o seu Filho Jesus Cristo” (1Jo 1, 2-3). Por isso, segundo os Concílios Tridentino e Vaticano I, entende propor a genuína doutrina sobre a Revelação divina e a sua transmissão, para que o mundo inteiro, ouvindo, acredite na mensagem da salvação, acreditando espere, e esperando ame (DV, 1).

Apenas com a comparação dessa primeira parte do primeiro e do último esquema já se percebe uma mudança de orientação na forma de falar da revelação que se distancia de uma visão conteudista de revelação de doutrinas, ou de verdades, para uma nova compreensão da revelação que será exposta nas partes subsequentes do quinto esquema. O segundo parágrafo traz como título *Natureza e objeto da Revelação* e o seguinte texto:

Aprouve a Deus, na sua bondade e sabedoria, *revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade* (cf. Ef 1,9) [grifo nosso], segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. Ef 2,18; 2 Pd 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cf. Cl 1,15; 1Tim. 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cf. Ex 33,11; Jo 15,14-15) e convive com eles (cf. Br 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele. [...] a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação (DV, 2).

No quarto parágrafo encontra-se o título “Cristo plenitude da revelação” e assim se atesta:

“Depois de ter falado muitas vezes e de muitos modos pelos profetas, falou-nos Deus nestes nossos dias, que são os últimos, através de Seu Filho” (Hb 1,1-2). Com efeito, enviou o Seu Filho, isto é, o Verbo eterno, que ilumina todos os homens, para habitar entre os homens e manifestar-lhes a vida íntima de Deus (cf. Jo 1,1-18). Jesus Cristo, Verbo feito carne, enviado “como homem para os homens”, “fala, portanto, as palavras de Deus” (Jo 3,34) e consuma a obra de salvação que o Pai lhe mandou realizar (cf. Jo 5,36; 17,4). Por isso, Ele, vê-lo a Ele é ver o Pai (cf. Jo 14,9), com toda a sua presença e *manifestação da sua pessoa, com palavras e obras* [...] (DV, 4).

Com essas citações e focando nos grifos, consegue-se perceber uma mudança radical na compreensão de Revelação, passando de uma visão conteudista para uma perspectiva existencial, de verdades reveladas para a revelação da pessoa divina. Assim, no contexto da *Dei Verbum*, o texto de Hebreus é muito bem situado porque tem um acento na revelação de Deus que se dá na pessoa do Filho que se encarna e torna presente a ação de Deus em favor do seu povo. Aqui, é esse falar de Deus que é o mais importante. Nesse mesmo ponto, há uma alusão a Jo 14,9 ao dizer que “vê-lo a Ele é ver o Pai”. Essa mesma ideia encontra-se também em Hb 1,3a ao dizer que “ele é o caráter de seu ser”, ou a imagem exata de seu ser. Enfim, a *Dei Verbum* retoma Hb 1,1-2 para afirmar a revelação única e última, definitiva no Filho encarnado.

4 2Tm 3,16-17 EM SEU CONTEXTO NA SEGUNDA CARTA A TIMÓTEO E NA *DEI VERBUM*

Assim como no item anterior, também este item será subdividido em dois pontos: o primeiro para a apresentação de 2Tm 3,16-17 em seu contexto original e o segundo em seu contexto na *Dei Verbum*.

4.1 2Tm 3,16-17 em seu contexto na Segunda Carta a Timóteo

A Segunda Carta a Timóteo pode ser classificada no gênero “testamento espiritual”, apresentando-se como uma carta de despedida de Paulo a Timóteo, seu fiel companheiro de evangelização. Apesar disso, a crítica atual a coloca entre as cartas tritopaulinas, ou seja, naquele grupo de cartas de continuadores indiretos do trabalho apostólico de Paulo, mas também herdeiros da teologia que fundamentou o trabalho da equipe missionária do Apóstolo das nações. Nesse mesmo grupo, estão também a Primeira Carta a Timóteo e a Carta a Tito. Essas três cartas são igualmente conhecidas como “as cartas pastorais” (Vouga, 2015, p. 185-186).

Eis o texto de 2Tm 3,16-17 traduzido e segmentado:

- 16a Toda Escritura, divinamente inspirada, é útil
- 16b para ensino,
- 16c para correção,
- 16d para repreensão,
- 16d para educação na justiça:
- 17a para que o homem de Deus seja perfeito,
- 17b instruído para toda boa obra.

Esses versículos são os últimos de uma perícope que abrange todo o capítulo 3 da Carta, que tem como tema “Advertência contra os perigos dos últimos tempos” (2Tm 3,1-17)⁶. A perícope pode ser subdividida em quatro unidades menores:

- a) 2Tm 3,1-5 – advertência a respeito das pessoas de mal comportamento, de quem é preciso afastar-se; são usados mais de quinze termos para caracterizar esses desvios de comportamento;
- b) 2Tm 3,6-9 – ao elenco de pessoas já citadas é acrescentado um tipo característico: o daqueles que se introduzem nas casas, que se opõem à verdade, têm espírito corrupto e fé inconstante;
- c) 2Tm 3,10-13 – primeiro exemplo de boa conduta: Paulo, que perseverou nas perseguições;
- d) 2Tm 3,14-17 – segundo exemplo de boa conduta: Timóteo, exortado a permanecer fiel ao que aprendeu.

Essa maneira de delimitar a perícope e de subdividir suas partes mostra, mais claramente, as ligações entre as diversas unidades que se complementam de modo antitético, o que poderia ser representado graficamente pelo esquema:

A1 contraexemplo
B1 contraexemplo
A2 exemplo (antítese de A1)
B2 exemplo (antítese de B1).

A última parte (2Tm 3,14-17), por sua vez, também pode ser subdividida em duas partes: a primeira 2Tm 3,14-15 se dirige ao destinatário da Carta, evocado com o pronome “tu” (particular), enquanto a segunda parte, 2Tm 3,16-17, evoca “toda Escritura” (universal). Somente essa segunda parte é citada na *Dei Verbum*.

Desse texto citado na *Dei Verbum* (2Tm 3,16-17), duas palavras merecem consideração especial; ambas estão em 2Tm 3,16a: “Toda a Escritura (*grafé*) divinamente

⁶ Esta delimitação e título são aqueles encontrados em *A Bíblia de Jerusalém* (1984). Os estudiosos da Carta e as edições da Bíblia variam muito quanto à delimitação da perícope em que se encontra 2Tm 3,16-17. Fabris (1992, p. 328) delimita uma perícope em 2Tm 3,10-17, que chama “Ideal do homem de Deus”. Iovino (2005, p. 213) insere 2Tm 3,16-17 na perícope 2Tm 3,10-4,8, que ele intitula “Paulo no final da corrida” (*Paolo alla fine della corsa*). Ainda uma edição da Bíblia como exemplo: *A Bíblia* (2023) delimita uma perícope em 2Tm 3,10-17, onde está 2Tm 3,16-17, com o título “Fidelidade ao aprendido”.

inspirada (*theópneustos*)”.

Para Escritura, o texto grego traz a palavra *grafé* no singular. Essa palavra ocorre 50 vezes no Novo Testamento, no singular e no plural, sempre se referindo a(s) Escritura(s) de Israel⁷. Uma dessas ocorrências é bastante significativa para que se compreenda a extensão do significado dessa palavra no Novo Testamento: “E tendo começado de Moisés e de todos os profetas, interpretou-lhes, em todas as Escrituras, o que se referia a ele” (Lc 24,27). Trata-se, pois, de um termo abrangente que, sem identificar um cânon propriamente dito, refere-se à Escritura em seu conjunto⁸. Em 2Tm 3,16, “toda Escritura” tanto pode se referir a esse conjunto, visto como um todo, como se referir a cada uma de suas partes, formando o todo.⁹ Na tradução acima, a expressão foi interpretada como referindo-se às Escrituras de Israel em seu conjunto.

A outra palavra importante é *theópneustos*, hápax *legómenon* (única atestação) em toda a Bíblia, traduzido acima por “divinamente inspirada”. (Rusconi, 2003, p. 225). Nos escritores gregos, essa palavra é usada para retratar a inspiração poética ou religiosa (Fabris, 1992, p. 330). Trata-se de um adjetivo que está no feminino, singular, nominativo; quanto a seu uso, pode ser interpretado tanto como em posição atributiva quanto predicativa em relação ao substantivo. Na tradução acima, o adjetivo foi tomado em posição atributiva¹⁰. Quanto ao sentido, o adjetivo *theópneustos* tem significado passivo, ou seja, “inspirado por Deus” e não que “inspira Deus” (Mannucci, 1985, p. 148).

Vistas essas duas palavras em mais detalhes, pode-se voltar ao texto como um todo. Além de “divinamente inspirada”, outro adjetivo é aplicado a “toda Escritura”: útil (*ōfélimos*). Seguem quatro proposições iniciadas com “para” (*prós*): “para ensino, para correção, para repreensão, para educação na justiça”¹¹. As quatro proposições se ligam mais facilmente ao adjetivo “útil”, que a toda a proposição “divinamente inspirada e útil”¹².

⁷ As ocorrências de palavras foram tomadas de The Institute for New Testament Textual Research and the Computer Center of Münster University. *Concordance to the Novum Testamentum Graece of Nestle-Aland, 26th edition, and to The Greek New Testament, 3rd edition* (1987).

⁸ Para uma citação dos Salmos sob o nome de Escritura, pode-se ver Jo 10,35 ou Jo 13,18.

⁹ Isso se dá devido às possibilidades de tradução de *pâsa*, feminino, singular, nominativo, do adjetivo *pâs, pâsa, pân*, que podem ser “todo/a”, quanto “cada um/a” (Rusconi, 2003, p. 360-361).

¹⁰ As duas possibilidades de interpretação do uso do adjetivo ocorre quando substantivo e adjetivo são usados sem artigo, como é o caso de 1Tm 3,16a. Na citação na *Dei Verbum*, o adjetivo é tomado como em posição predicativa, isto é, como predicado de “toda Escritura”.

¹¹ Na citação na *Dei Verbum*, há apenas três proposições: “para ensinar, para corrigir, para instruir na justiça”, sendo os substantivos transformados em formas verbais no infinitivo. Apesar de serem três proposições e não quatro, o sentido geral do texto permanece o mesmo.

¹² Na sequência em questão, há outros dois “hápax *legómena*” do Novo Testamento: *elegmós, correção, e epanórthōsis, repreensão*.

A proposição seguinte (2Tm 3,17a) começa com a conjunção *hína, para que*, que introduz uma oração subordinada final com subjuntivo. Para *homem*, o texto grego traz *ánthōpos*, que designa o gênero humano como tal. Sendo instruído, corrigido, repreendido e educação na justiça pela Escritura divinamente inspirada, o ser humano torna-se perfeito e instruído para (novamente a preposição *prós*, como no versículo anterior) a prática de boas obras¹³.

Nesses dois versículos (2Tm 3,16-17), é colocada em destaque a orientação prática do ensino:

A autêntica palavra inspirada pela força de Deus, pelo seu Espírito, revela toda a sua eficácia ao guiar e sustentar uma práxis cristã caracterizada pela plena realização da vontade de Deus, pela justiça. [...] Meta de uma educação bíblica é a maturidade cristã, que se revela nas boas obras, ou seja, na práxis da caridade (Fabris, 1992, p. 331).

Esse é o texto e o contexto de 2Tm 3,16-17 na Bíblia. Outras particularidades desses dois versículos ainda poderiam ser apresentadas, mas cabe, agora, sua apresentação no contexto em que foram inseridos na *Dei Verbum*.

4.2 O uso de 2Tm 3,16-17 na “Constituição Dogmática *Dei Verbum*”

2Tm 3,16-17 é citado no capítulo III da *Dei Verbum*, intitulado “A inspiração divina da Sagrada Escritura e a sua interpretação”. Esse capítulo é composto de três subtítulos: “Natureza da inspiração e verdade da Sagrada Escritura”, “Interpretação da Sagrada Escritura” e “Condescendência de Deus”. É no primeiro deles que se encontra a citação de 2Tm 3,16-17.

O subtítulo “Natureza da inspiração e verdade da Sagrada Escritura” é o número 11 da *Dei Verbum*, composto de dois parágrafos. O primeiro é dedicado à questão da inspiração e o segundo à questão da verdade da Sagrada Escritura. É notável como, em tão poucas linhas, a Constituição dogmática tenha abordado de modo tão feliz essas duas questões complexas e fundamentais da teologia bíblica. Essa síntese admirável foi conseguida após um esforço gigantesco e um embate duríssimo.

O parágrafo sobre a inspiração da Sagrada Escritura recolhe, especialmente, os ensinamentos do Concílio Vaticano I e das encíclicas *Providentissimus Deus*, de Leão XIII, e *Divino Afflante Spiritu*, de Pio XII. Há quatro referências bíblicas: Jo 20,31; 2Tm 3,16;

¹³ Para perfeito, o texto grego traz *ártios*, outro hápax *legómenon* do Novo Testamento.

2Pd 1,19-21; 3,15-16, sem que essas passagens sejam citadas textualmente. É de se notar, já aqui, a presença de 2Tm 3,16.

O parágrafo sobre a verdade da Sagrada Escritura, por ser onde se encontra a citação de 2Tm 3,16-17, deve ser citado por inteiro:

E assim, como tudo quanto afirmam os autores inspirados ou hagiógrafos deve ser tido como afirmado pelo Espírito Santo, por isso mesmo se deve acreditar que os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras. Por isso, “toda a Escritura é divinamente inspirada e útil para ensinar, para corrigir, para instruir na justiça: para que o homem de Deus seja perfeito, experimentado em todas as obras boas” (2Tm 3, 16-17) (DV. 11) (Concilio Vaticano, II).

A mudança de enfoque na apresentação da questão é imensa: da inerrância da Sagrada Escritura se passou à verdade da Sagrada Escritura. A perspectiva da inerrância, de fato, estava presente no esquema pré-conciliar, mas foi cedendo lugar, nos esquemas sucessivos, à perspectiva da verdade (Mannucci, 1985, p. 284-289). Se, no documento final aprovado, a expressão “sem erro” continua a aparecer, ela está ali “para glosar a afirmação da verdade” (Sesboüé, 2006, p. 444-445). Ademais, a verdade à qual a Constituição se refere é “a verdade salvífica”, ou seja, aquela que interessa à salvação (Sesboüé, 2006, p. 445).

Ainda seria importante ressaltar que a questão da verdade da Sagrada Escritura é tratada logo após e conjuntamente com a questão da inspiração da Sagrada Escritura. Aquela é derivada desta e, para retomar a questão da inspiração, seus dois atores são novamente citados: os autores inspirados ou hagiógrafos e o Espírito Santo.

A citação de 2Tm 3,16-17 neste contexto é significativa¹⁴. Primeiro porque esses versículos são um *locus* importante e tradicional quando se trata da inspiração, e 2Tm 3,16 já aparecia como referência no parágrafo que abordava a inspiração. Agora, a citação de 2Tm 3,16-17 no parágrafo que trata da verdade é mais um laço que une inspiração e verdade. Segundo porque, como foi visto acima, 2Tm 3,16-17, coloca o acento na orientação prática do ensino assim como a *Dei Verbum*, guardadas as devidas proporções, coloca o acento na “verdade que Deus, para nossa salvação, quis que fosse consignada nas sagradas Letras”.

Por outro lado, na citação de 2Tm 3,16-17, há uma amplificação do significado da expressão “toda Escritura”, que deixa de ser apenas as Escrituras de Israel e passar a abranger Antigo e Novo Testamento.

¹⁴ Há algumas diferenças na tradução que demos acima desses versículos em relação à tradução que é citada na *Dei Verbum*, mas nada que mude substancialmente esse texto, ao menos, não enquanto tradução.

Resta mencionar que pouco adiante, no capítulo IV da *Dei Verbum*, o número 14 termina com uma citação de Rm 15,4 que pode ser colocada em paralelo com 2Tm 3,16-17: “Pois tudo o que foi escrito, o foi para nossa instrução, a fim de tenhamos esperança mediante a paciência e a consolação das Escrituras”.

Assim, pode-se dizer, apesar da redundância, que a verdade da Sagrada Escritura é a verdade bíblica. Ou seja: na *Dei Verbum*, quando se fala da verdade, o sentido da palavra verdade é aquele que se encontra na Bíblia (De la Potterie, 1971, p. 105). Dito de outro modo: a verdade proposta na *Dei Verbum* “não é vista num enfoque meramente intelectualista, como no Vaticano I, mas em sentido bíblico e concreto. É a verdade que gera vida, porque vem do Deus vivo (Sesboüé, 2006, p. 445).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, seguiu-se o caminho do mais amplo ao mais específico para compreender o lugar ocupado pelas citações bíblicas na “Constituição Dogmática *Dei Verbum*”, do Vaticano II. Desse modo, de forma ampla apresentou-se as citações bíblicas ao longo de todo o documento pontifício, marcando a distinção importante entre citação e alusão. Reforçou-se um aspecto muitas vezes citado desse documento que é a grande quantidade de citações bíblicas, diferente da *Constituição dogmática Dei Filius*, do Vaticano I, sobre a Revelação, tema também da *Dei Verbum*.

Após essa apresentação mais ampla, o olhar voltou-se para uma destacada citação deste documento que é Hb 1,1-2. Ali, notou-se a particularidade e o aspecto de abertura que esse texto possui, já que abre a Carta aos Hebreus e encontra-se no primeiro ponto da *Dei Verbum* quando o tema a ser tratado é a Revelação. Além disso, Hb 1,1-2 em seu contexto original marca a passagem de um falar divino através de uma multiplicidade de agentes, os profetas, para a unidade do Filho, enquanto na *Dei Verbum* o acento está na Revelação por excelência de Deus. Essa revelação não é de conteúdos, mas de si mesmo na pessoa do Filho. Com isso, o uso da referência de Hebreus sem perder nada de seu contexto original alarga seu sentido no contexto do documento pontifício.

A referência bíblica de 2Tm 3,16-17 é bastante rica para a discussão sobre o lugar da Escritura na vida e ensinamento da Igreja, mas aqui ressalta-se duas palavras importantes que são: *grafé* (escritura) e *theópneustos* (divinamente inspirada). Esses termos estão ligados a um adjetivo “útil”, apontando para uma finalidade dessa Escritura divinamente inspirada. Na *Dei Verbum*, vê-se duas intuições fundamentais: passa-se da inerrância da

Escritura à verdade dela e amplia-se a noção da Escritura. No contexto original, 2Tm 3,16-17, a expressão “toda escritura” refere-se a Escritura de Israel, ou seja, o Antigo Testamento, e na *Dei Verbum* refere-se ao Antigo e Novo Testamentos, a Escritura cristã.

REFERÊNCIAS

BALZ, Horst. Χαρακτήρ. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard. **Diccionario exegético del Nuevo Testamento.** v. II. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1998, col. 2048.

BÍBLIA (A). São Paulo: Paulinas. 2023.

BÍBLIA de Jerusalém (A): Novo Testamento e Salmos. São Paulo: Paulinas, 1984.

BÍBLIA. O Novo Testamento grego: com introdução em português e dicionário grego-português. Quarta edição revisada. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft; Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

CARREIRA, José Nunes. A história sacerdotal e a aliança do Sinai. *Didaskalia*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 233–242, 1980. DOI: 10.34632/didaskalia.1980.791. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/didaskalia/article/view/791>. Acesso em: 31 dez. 2025.

CONCÍLIO VATICANO II. Constituição dogmática *Dei Verbum* sobre a revelação divina.

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acesso em 22 set. 2024.

DE LA POTTERIE, Ignace. A verdade da Sagrada Escritura conforme a doutrina do Concílio (cap. III da *Dei Verbum*). In: LYONNET, Stanislas *et al.* **A Bíblia na Igreja depois da “Dei Verbum”:** estudos sobre a constituição conciliar. São Paulo: Paulinas, 1971, p. 77-109.

DENZINGER, Heinrich. **Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral da Igreja Católica.** Traduzido com base na 40ª edição alemã (2005). São Paulo: Loyola; Paulinas, 2006.

FABRIS, Rinaldo. **As cartas de Paulo, III.** São Paulo: Loyola, 1992.

HOFIUS, Otfried. ἀπαύγασμα. In: BALZ, Horst; SCHNEIDER, Gerhard. **Diccionario exegético del Nuevo Testamento.** v. I. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1996, p. 351-352.

INSTITUTE FOR NEW TESTAMENT TEXTUAL RESEARCH AND THE COMPUTER CENTER OF MÜNSTER UNIVERSITY (THE). **Concordance to the Novum Testamentum Graece of Nestle-Aland, 26th edition, and to the Greek New Testament, 3rd edition.** With the collaboration of H. Bachmann and W. A. Slaby. Berlin, Walter de Gruyter, 1987.

IOVINO, Paolo. **Lettere a Timoteo.** Lettera a Tito: nuova versione, introduzione e commento. Milano: Paoline, 2005.

KLOPPENBURG, Boaventura. Introdução geral. Introdução à Dei Verbum. In: VIER, Frederico (coord.). **Compêndio do Vaticano II:** constituições, decretos, declarações. Introdução e índice analítico de Boaventura Kloppenburg. 31^a edição. Petrópolis: Vozes, 2015; p. 7-36, 120.

LIMA, Maria de Lourdes Corrêa. Dei Verbum. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes (orgs.). **Dicionário do Concílio Vaticano II.** São Paulo: Paulus; Paulinas, 2015, p. 249-253.

LOPES, Geraldo. **Dei Verbum:** texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2012.

LYONNET, Stanislas. A noção de revelação: Cap. I da Dei Verbum. In: LYONNET, S. *et al.* **A Bíblia na Igreja depois da “Dei Verbum”:** estudos sobre a constituição conciliar. São Paulo: Paulinas, 1971, p. 9-48.

MANNUCCI, Valerio. **Bíblia, palavra de Deus:** curso de introdução à Sagrada Escritura. Apresentação de L. Alonso Schökel. São Paulo: Paulus, 1985.

PERONDI, Ildo. Editorial: Dossiê: As Alianças na Bíblia. Estudos Bíblicos, São Paulo, v. 24, n. 90, p. 7-10, 2006. Disponível em: <https://revista.abib.org.br/EB/article/view/649>. Acesso em: 31 dez. 2025.

RUSCONI, Carlo. **Dicionário do grego do Novo Testamento.** São Paulo: Paulus, 2003.

SESBOÜÉ, Bernard. A comunicação da Palavra de Deus: Dei Verbum. In: SESBOÜÉ, Bernard; THEOBALD, Christoph. **A palavra da salvação (séculos XVIII-XX).** História dos Dogmas, Tomo 4. São Paulo: Loyola, 2006.

SICRE, José Luís. **Profetismo em Israel:** o profeta, os profetas, a mensagem. Petrópolis: Vozes, 2008.

VOUGA, François. O corpus paulino. In: MARGUERAT, Daniel (org.). **Novo Testamento:** história, escritura e teologia. 3^a edição. São Paulo: Loyola, 2015, p. 181-203.

Contribuição na coautoria: *Concepção e planejamento do estudo:* CVM, GAAP, RMG. *Coleta, análise e interpretação dos dados:* CVM, GAAP, RMG. *Elaboração ou revisão do manuscrito:* CVM, GAAP, RMG. *Aprovação da versão final:* CVM, GAAP, RMG. *Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo:* RMG.

Conflito de interesses: Os coautores declaram não haver conflitos de interesses.

Recebido em: 21-10-2024.

Aprovado em: 29-08-2025.

Editor de seção: Moisés Sbardelotto.